



## ARRECADAÇÃO

Projeto de Lei pretende aumentar repasse patronal à UNISAÚDE

Página 2

## POR UM DETRAN MELHOR

Sindetran apoia nomeação de diretores do quadro de servidores

Página 4



# ABSSMS define como ridículo reajuste de 2,94% para os servidores estaduais



O reajuste salarial para os servidores estaduais foi aprovado na quarta-feira (27) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Ficou mantido índice de 2,94%, com efeito retroativo a 1º de setembro de 2017. Segundo a ABSSMS (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul), o reajuste é ridículo e não atende aos anseios de PMs e Bombeiros de Mato Grosso do Sul que amargam 2015 e 2016 com reajuste ZERO. **Página 2**

## PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PÁG. 3

### Azambuja diz que Previdência tem rombo de R\$ 1 bilhão

## INOVAÇÃO - PÁG. 7

Projeto A Literatura Cura é mais uma ação no atendimento humanizado da Cassems



## ELEIÇÃO - PÁG. 4

Chapa 1 vence e João Moreira assume o Sisal

## COMISSÃO - PÁG. 5

ACP espera que eleições ocorram ainda em 2017

## PROTESTO - PÁG. 6

Agentes penitenciários estaduais paralisaram atividades por 1 dia

## SINPOL-MS - PÁG. 8

2ª Corrida do Policial Civil promoveu interação da categoria com a sociedade



# Para ABSSMS, 2,94% de reajuste é ridículo

II No último dia 13 de setembro, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul enviou à Assembleia Legislativa o projeto de Lei nr. 208/2017 que trata da Revisão Geral dos vencimentos e subsídios dos Servidores Públicos. O Poder Legislativo aprovou reajuste de 2,94% com efeitos financeiros a contar de 1º de setembro de 2017 referente ao exercício atual.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Para a ABSSMS, o reajuste é ridículo e não atende aos anseios de PMs e Bombeiros de Mato Grosso do Sul, que amargam 2015 e 2016 com reajuste ZERO. A ABSSMS – Associação Beneficente dos



Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul já denunciou em várias oportunidades a desvalorização protagonizada contra o ser humano que esta atrás da farda, por parte do atual Governo, que insiste em não repassar a reposição inflacionária constitucional aos militares estaduais e ao funcionalismo de MS, que atualmente já ultrapassa a casa dos 21%.

Vejamos: A Lei Estadual 1.166 de 27 de junho de 1.991 fixou a data-ba-

se para a revisão geral dos servidores públicos em 1º de maio e não 1º setembro. O índice proposto no projeto de lei de 2,94% não corresponde ao apurado pela inflação no período (maio de 2016 a abril de 2017) que corresponde a 4,08%.

Cumprе salientar que no dia 30/05/2017, último dia da data-base o Governo havia informado que novamente no ano de 2017 o reajuste seria “ZERO” e após mobilizações e pressões da categoria recuou da decisão, mas apresentou um índice aquém do devido.

## Mau uso do dinheiro público

As denúncias de mau uso do dinheiro público, contra autoridades nacionais e estaduais, continuam de “vento em popa”, e isto explica muita coisa da nossa situação salarial atual. O fato é que os Policiais e Bombeiros Militares, suas famílias, servidores públicos e a sociedade brasileira estão pagando o preço e as consequências desse mar de lamas.

A ABSSMS luta na Justiça pela reposição dos anos de 2015 e 2016, e este ano, face a inércia e omissão do Governo e após o esgotamento do diálogo, de forma inédita chamou o Governo ao debate no Judiciário por intermédio do instituto da mediação junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do TJMS.

A participação do Poder Público nos pedidos de mediação instaurada

pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública para vocalização dos seus interesses se tornou obrigatória após a decisão recente de repercussão geral do STF, quando do julgamento nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo 654.432, impetrado pela Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais – ANASPPRA.

O Governo do Estado, representado pelo Senhor Reinaldo Azambuja, claramente demonstra que o ajuste nos vencimentos dos Policiais e Bombeiros Militares não é a sua prioridade. A ABSSMS continuará a cobrar e denunciar o descaso com a categoria, profissionais que estão sendo desvalorizados, mas que heroicamente cumprem sua missão constitucional de servir e proteger o povo sul-mato-grossense!

# Projeto de Lei pretende aumentar repasse patronal à UNISAÚDE

II Foi publicado no Diário de Justiça n.º 3889, de 26 de setembro de 2017 - pág 4, a Decisão do Órgão Especial que aprovou a proposta de minuta de lei que pretende alterar dispositivo da Lei nº 4.665, de 29 de abril de 2015, que trata do novo índice de contribuição ao plano de saúde de assistência aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Essa alteração consiste no aumento do repasse patronal (pago pelo

Tribunal) à UNISAÚDE, que atualmente é de 3% calculada sobre a remuneração bruta mensal, e passaria para 4,5% no início de dezembro/2017, além de aumentos anuais sucessivos de 0,25% ao ano, até chegar ao total de 5,25% no ano de 2020.

A referida decisão decorre de Pedido de Providências da UNISAÚDE onde requereu que lhe fosse aplicado o mesmo repasse patronal existente em relação à

CASSEMS, por serem planos de saúde (Caixas de Assistência) de mesma natureza, ensejando o tratamento isonômico. Existindo pedido nesse mesmo sentido no complemento da pauta de reivindicações de 2015 apresentada pelo SINDIJUS-MS.

Dessa forma, quando aprovada a Lei, a UNISAÚDE contará com um acréscimo de verbas oriundas do repasse patronal, todavia ainda não se sabe se isso ocasionará eventual diminuição

dos valores pagos por cada servidor, ou se o benefício será “indireto” por meio de maior destinação de verbas ao seu plano.

Quanto a CASSEMS, o percentual do repasse patronal e seus reajustes anuais previstos em Lei continuarão inalterados. Por outro lado, em relação à UNIMED, por enquanto, fica mantido o percentual atual de repasse patronal por se tratar de empresa com natureza diversa das Caixas de Assistências.



Unisaúde contará com acréscimo de verbas

# Azambuja diz que Previdência tem rombo de R\$ 1 bi além dos R\$ 34 milhões usados do Fundo

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) revelou na terça-feira (26) que o déficit previdenciário de Mato Grosso do Sul está em R\$ 1 bilhão e que o montante cresce 20% a cada ano. Isso sem ainda contar os R\$ 34 milhões utilizados pela gestão tucana para pagar fornecedores e o próprio salários dos servidores. Para diminuir o rombo, Reinaldo falou em “cortar privilégios” e ainda revelou que o Governo deve elaborar uma mudança na Previdência estadual.

Da Redação  
[redacao@publico.inf.br](mailto:redacao@publico.inf.br)

Em maio, o chefe do Executivo estadual afirmou que não havia necessidade de efetuar o pagamento. “Nós estamos pagando, nós temos um fundo com R\$ 300 milhões depositados e nós vamos pagar no momento oportuno, quando tiver um fluxo de caixa melhor”.

Entretanto, a dívida cresceu e hoje a Previdência sofre com a falta da cifra bilionária, além de falta de perspectiva para o 13º. Para que haja dinheiro em caixa, Reinaldo diz contar com recursos federais como fundo fiscal e fundo de exportação, além dos tributos da Lei Kandir.



Governador diz que Previdência tem rombo de R\$ 1 bilhão

“Antes de 2014 existia uma utopia e agora estamos pagando o pato”, disse o governador ao afirmar que as dificuldades econômicas enfrentadas no Estado hoje são reflexos da crise praticamente ignorada em 2014.

Conforme o governador, medidas do governo Temer como as reformas trabalhista e previdenciária são essenciais para a melhoria do cenário econômico nacional e, em consequência, regional.

Em relação ao rombo previdenciário, que a cada ano aumenta, Reinaldo disse que estuda encaminhar à Assembleia uma nova legislação previdenciária. Segundo ele, não se trataria de uma reforma na Previdência a exemplo do que acontece no cenário nacional, mas sim “adequações da nossa Previdência para reduzir o déficit”. Sem detalhar, o governador também falou sobre cortar privilégios de um grupo.

## Fórum dos Servidores protocola ofício no MPF sobre suposto esquema de propina envolvendo governador

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul protocolaram dois ofícios solicitando Pedido de Providências no Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF-MS), no dia 23 de maio, sobre denúncia de suposto recebimento de propina ao Governo do Estado, conforme delação premiada feita pela JBS. E, o segundo, sobre a falta de repasse de R\$ 34 milhões do fundo da previdência dos servidores públicos do Estado.

“Tendo em vista às delações ocorridas em razão da operação denominada ‘Lava Jato’ onde configuram fortes indícios de ilícitos praticados pelos ex-governadores José Orcírio Miranda dos Santos (PT), André Puccinelli (PMDB) e Reinaldo Azambuja Silva (PSDB), este último ocupa o cargo de governador do Estado de Mato Grosso do Sul, solicita-se as devidas apurações dentro de uma rigorosa investigação que ao final produza a condenação dos culpados”, descreve o Fórum dos Servidores, no ofício.

Reinaldo Azambuja teria participado do esquema sórdido de corrupção, ao receber em dinheiro o equivalente a 20% do valor do benefício fiscal de ICMS concedido pelo Estado de Mato Grosso do Sul às empresas do grupo JBS.

Ainda conforme ofício, “como se pode verificar pelas delações, em tese, o governador do Estado de

Mato Grosso do Sul utilizou-se do cargo em um esquema fraudulento de emissão de notas fiscais frias para o recebimento de propina do valor aproximado de R\$ 38 milhões de reais”.

No segundo ofício foram solicitadas providências sobre possível responsabilidade do Governo de MS pela falta de repasses ao fundo previdenciário estadual, desde outubro de 2016, totalizando, até então, R\$ 34 milhões, conforme valor divulgado no início do mês de maio deste ano.

Esse mesmo ofício foi protocolado também na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul pelos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos, na tarde desta segunda-feira. “Os fatos mencionados indicam a possibilidade, em tese, de prática de improbidade administrativa e apropriação indébita de valores descontados dos servidores”, afirma o documento.



Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul



# João Moreira assume a presidência do Sisal

II João Moreira recebeu os cumprimentos dos colegas pela vitória por uma diferença de 92 votos. Ele foi eleito o presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Sisalms) na sexta-feira (29/9), com 284 votos. O vice-presidente é Marcelo Ortiz e o tesoureiro é Edival Melo da Silva.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Ao todo estiveram aptos a votar 850 servidores, que contribuem anualmente ao sindicato. A Chapa 3 foi encabeçada por Delson Robney Viana, como presidente e Gisele Martins Carvalho de vice-presidente, recebeu 192 votos. Houveram sete votos em branco e oito nulos.

“Todos os servidores serão beneficiados com a nossa chapa. Nosso compromisso é atender todos os segmentos dos servidores desta Casa de Leis, tanto efetivo, como comissionado e aposentado. Nossa meta é essa e vamos cumprir e isso que nós pregamos aqui nos corredores durante a eleição, realmente não tem divisão dos funcionários, tem união, tanto que o nome da nossa chapa é ‘União e Compromisso, Juntos Somos Fortes’, então estamos nos unindo agora, e o compromisso é de aprovar nossas propostas e realmente avançar”, declarou Moreira.

A nova gestão é para o biênio 2017/2019 e assume com R\$ 26 mil em caixa, e três carros, sendo uma ambulância. O Sindicato tem sede própria

e está localizado na Rua Nicolau Fragelli, 222, no Bairro Amambaí. O trabalho de ser presidente do Sisalms é voluntário, ou seja, não há qualquer remuneração a mais pelo cargo. Por outro lado é o mandato classista, com benefício de que o servidor não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Ao ser eleito para a diretoria do Sisalms, também é de responsabilidade da presidência participar de congressos sindicais com as outras Assembleias Legislativas do País; indicar dois membros para a diretoria e Conselho Fiscal da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems); participar do Conselho Sindical da Cassems; en-



João Moreira foi eleito o presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de MS

tre outras demandas em prol do servidor estadual do Legislativo.

A votação ocorreu desde as 8h30 e foi finalizada às 16h. A comissão elei-

toral foi formada pelos servidores Jorge Cárceres (presidente), Luís Henrique de Souza (secretário geral) e Fernando de Matos Wanderley Neto (1º secretário). “Foi uma

eleição que demonstrou a participação dos servidores e desejo que a nova diretoria possa atender os interesses de todos nós”, destacou Cárceres.

## Sindetran apoia nomeação de diretores do quadro de servidores

II O governo do Estado encerrou as nomeações que substituem os diretores afastados por suspeita fraude em Licitações. Os novos diretores são do quadro de servidores concursados do Detran e com isso, o Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) acredita em uma renovação nas ações de gestão pública.

“Nós, do sindicato,

trabalhamos para isso. Queremos ver os servidores do quadro do DETRAN sendo reconhecidos pelos anos de trabalho e experiência em suas funções, ocupando cargos de chefia”, comenta o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Entre os novos diretores, o servidor Luiz Carvalho de Almeida, que foi designado para

a Diretoria de Administração e Finanças, a servidora Jane Nakazone para o chefia da Divisão de Execução Orçamentária e Financeira, o servidor Robson Danilo, nomeado para a Diretoria de Tecnologia da Informação,

“Esses servidores sempre trabalharam no Detran exercendo funções primordiais e garantido o funcionamento do

órgão. É muito compensador para o nosso sindicato ver os servidores sendo valorizados, pois sempre lutamos para isso”, explica Sakai, que ainda ressalta: “Sob esses servidores recai o peso da responsabilidade de um serviço correto. O Sindetran está aqui para apoiá-los e para ajudar a fiscalizar condutas irregulares no órgão”, encerra o presidente.



Os novos diretores são servidores concursados do Detran



# ACP cobra celeridade em comissão e espera que processo de eleições ocorra ainda em 2017

II Uma luta histórica da ACP, a Comissão para Implantação da Gestão Democrática na REME foi instituída no dia 26 de maio de 2017, por meio do ofício n. 2.781/AJUR/SEMED, conforme o disposto na Meta 19 do PNE (Plano Nacional da Educação) e PME (Plano Municipal da Educação).

Da Redação  
[redacao@publico.inf.br](mailto:redacao@publico.inf.br)

Para representar a ACP na comissão, a diretoria indicou as professoras Lillian Cristiane Telles Herrera, Maria Aparecida do Nascimento e Zélia Aparecida dos Santos Aguiar. Além da ACP, participam também representantes do CONDAEM (Conselho

de Diretores e Diretores Adjuntos das Escolas Municipais), Comissão de Educação da Câmara Municipal e SEMED.

A primeira reunião aconteceu no dia 15 de setembro de 2017, no auditório da SEMED. Na oportunidade foi assegurada pelos representantes da SEMED a realização das eleições para diretores, conforme o compromisso político assumido pelo prefeito e a Secretária Municipal de Educação.

O trabalho da comissão foi iniciado tendo como documento referência a Minuta do Projeto de Lei elaborada em 2014, além daqueles que instituem o Sistema Municipal de



O trabalho da comissão foi iniciado tendo como documento referência a Minuta do Projeto de Lei elaborado em 2014

Educação. Na segunda reunião ocorrida em 21 de setembro, diversos debates aconteceram, visando assegurar a integralidade do que prevê a Meta 19 do PNE/PME.

A próxima reunião está agendada para o dia 02 de outubro. “Esperamos que os trabalhos sejam concluídos com a maior brevidade possível, para que o processo de Ges-

tão Democrática ocorra ainda em 2017”, cobra a vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar.

Nesse sentido, a diretoria do sindicato agen-

dará uma reunião com o prefeito Marquinhos Trad para ratificar o seu compromisso assumido com a categoria de realizar as eleições ainda este ano.





# Agentes penitenciários paralisaram atividades

II No dia 24, os agentes penitenciários de Mato Grosso do Sul fizeram uma paralisação de 24 horas, que atingiu 54 unidades prisionais no Estado, por valorização profissional e melhores condições de trabalho. Segundo o Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária MS - Sinsap, 90% da categoria aderiu à mobilização.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

O sindicato alega que a paralisação só aconteceu após esgotadas todas as possibilidades de diálogo com o governo. “Queremos um posicionamento do governo, chega de promessas não cumpridas, a categoria aguarda que o Estado chegue a uma decisão definitiva que venha suprir de fato as necessidades da classe. O Executivo está se apoiando em acordos referentes aos anos anteriores, estamos vivendo um novo momento, e a luta agora é para melhorar a segurança do Sistema e valorizar o servidor. Não podemos nos apegar a acordos dos anos passados, sendo que a realidade que vivemos está cada dia mais deplorável”, destaca o presidente do Sinsap, André Luiz Santiago.

Segundo o presidente, o governo está sendo irresponsável e contri-

buindo indiretamente para o crescimento da criminalidade. “Como o Estado pode querer manter as rotinas nas cadeias a qualquer custo, tentando passar uma ideia para a população que está tudo sob controle, quando vivemos um verdadeiro caos. Está sendo inconsequente quando permite que um servidor sem nenhuma estrutura de segurança, fique responsável por 900 detentos. E desta forma descumprindo o que determina a lei de execução penal, brutalizando ainda mais esses criminosos em vez de ressocializar”, enfatiza.

Devido ao manifesto dos servidores as autoridades da segurança pública convocaram reforço policial nas unidades, por temerem possíveis rebeliões, o que para André Luiz demonstra mais uma vez a negligência. “Neste domingo todas as unidades de força tática foram mobilizadas para evitar rebeliões, mas o que ele não percebe é que o risco de uma sublevação é constante”, afirma.

Santiago declara ainda que a categoria não aceitará mais viver à espera de milagres, trabalhando de forma desumana e colocando suas vidas em constante risco por um governo omissivo. “O Sindicato



Sindicato informou que a paralisação só aconteceu após esgotadas todas as possibilidades de diálogo com o governo

tem o dever de defender a classe, e para isso estamos fazendo os encaminhamentos necessários, e já foi aprovada uma nova paralisação por tempo indeterminado, que terá as diretrizes e data definida na próxima assembleia. Os servidores, que já vivem sob constante pressão e ameaças, não aceitarão mais viver reféns do descaso”, alerta o representante sindical.

## Dourados

Distante 225 quilômetros de Campo Grande, houve confusão no PED (Presídio Estadual de Dourados), por causa da suspensão das visitas dos familiares de detentos, tentaram impedir a entrada de viaturas da Polícia Militar. Os manifestantes se



colocaram em frente ao portão e tiros de festim tiveram de ser disparados. Uma mulher foi ferida na

perna, sendo socorrida pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).



# Projeto A LITERATURA CURA é mais uma ação inovadora no atendimento humanizado da Cassems

O projeto A Literatura Cura visa levar aos hospitais, poemas, histórias, contos e causos para todas as faixas etárias de pessoas internadas em condições de receber as pérolas literárias que a leitura, e só ela, pode proporcionar

II No próximo dia 3 de outubro, às 9h45, no auditório do Hospital Cassems de Campo Grande, a Caixa de Assistência lançará o projeto **A Literatura Cura**, que pretende de maneira personalizada imprimir um contato mais afetuoso e próximo com os pacientes da unidade hospitalar, através da confecção de poemas, histórias, contos e causos para todas as faixas etárias de pessoas internadas.

Da Redação  
[redacao@publico.inf.br](mailto:redacao@publico.inf.br)

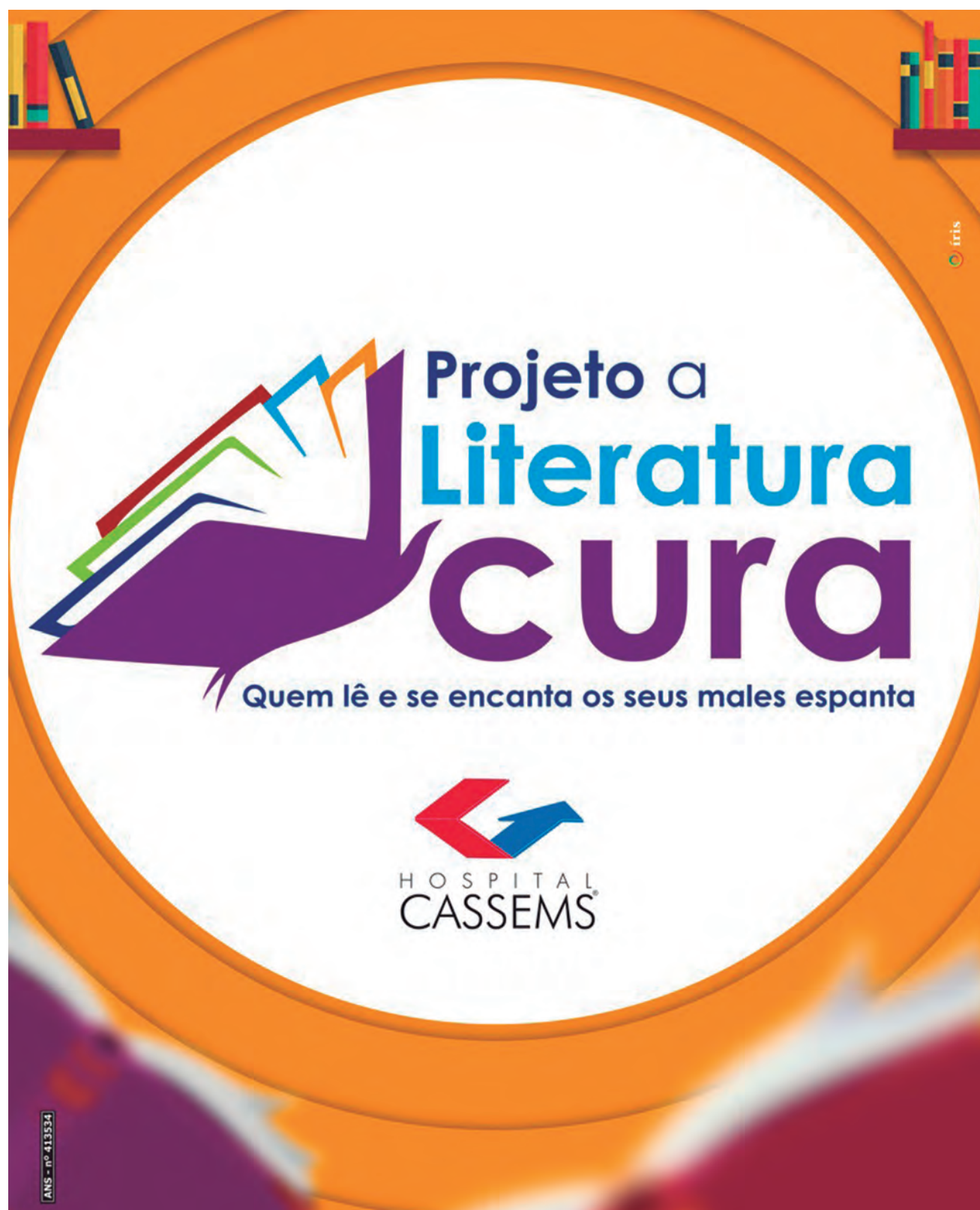
De acordo com o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, ampliar o atendimento humanizado cada vez mais é um dos seus principais objetivos como gestor. “Iniciativas como a do Projeto A Literatura Cura sempre serão apoiadas pela Cassems, pois escutar e ler histórias proporciona sensações de alegrias, cuidados e tranquilidade emocional para os pacientes. Esse será mais um diferencial no cuidado do nosso Hospital”, disse.

A escritora e historiadora Raquel Anderson, mentora do Projeto, explicou que o principal objetivo é registrar através de

contos, microcontos e poemas, sob a forma de encartes similares aos livretos de literatura de cordel e em caixas de remédios, cujo conteúdo seriam poemas, mensagens, microcontos, a história, os episódios importantes. “Queremos surpreender os pacientes, mostrando com delicadeza que até mesmo os acasos afortunados da vida, como estar em um ambiente hospitalar, podem ser mais suaves. Queremos trazer mais alegria e humanização a vida dos pacientes, acompanhantes e da própria equipe do Hospital”, ressalta.

O projeto acontecerá duas vezes por semana no Hospital. A escritora e a acadêmica Carolinna Victório serão as coordenadoras responsáveis por recolher os depoimentos e transformá-los em contos, poesia, livretos e assim por diante...

O material será entregue aos pacientes dentro de caixas, frascos e outros recipientes do ambiente hospitalar, todos padronizados para isso. Além disso, o Projeto A Literatura Cura, também fará tardes de conto na pediatria, entre outras ações de atendimento humanizado.





# 2ª Corrida do Policial Civil promoveu interação da categoria com a sociedade

|| No domingo (24), o Sinpol-MS realizou a 2ª Corrida do Policial Civil em Campo Grande. Com 600 inscritos, o evento foi um sucesso de participação tanto da categoria quanto da sociedade. Para o presidente do sindicato, Giancarlo Miranda, o objetivo foi alcançado, pois promoveu a interação de ambos os públicos. “Policiais Cíveis e a sociedade correndo lado a lado, desfrutando de momentos de lazer junto com a família no mesmo ambiente, é isso que buscávamos”, declarou.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

O trajeto da 2ª Corrida do Policial Civil passou pelos bairros José Abrão, Santa Luzia,

Coophasul e Alto São Francisco, com percursos de caminhada de 5 km e corrida de 5 km e 10 km. Confira os vencedores no site [www.centraldacorrída.com.br](http://www.centraldacorrída.com.br). As crianças de 2 a 12 anos também participaram no percurso Kids dentro do sindicato e todas foram premiadas com medalhas e um copo personalizado.

O evento é em alusão ao Dia do Policial Civil, comemorado em setembro, e conta com o apoio da Cassems, HVM Incorporações, Grupo Nippon, Versátil Camiseteria, vereador Chiquinho Telles, Prefeitura de Campo Grande, Vida Fit Sore, Heitor Miranda Guimarães – Advogados Associados, Fábio Leandro – Advogados Associados e RT Informática.

